



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

### **CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181007 - SP (2021/0208338-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**SUSCITANTE** : **CESAR ANTONIO BASTOS CAMARINHA**  
**ADVOGADOS** : **MARIANA BOGMAR RODRIGUES - SP256324**  
                  **HELOISA HELENA PENALVA E SILVA WANDERLEY -**  
                  **SP158079**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE BAURU - SJ/SP**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE BAURU - SP**  
**INTERES.** : **UNIÃO**  
**ADVOGADO** : **ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU**

### **DECISÃO**

Cuida-se de conflito de competência com pedido liminar suscitado por CESAR ANTONIO BASTOS CAMARINHA em que aponta como suscitados o JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE BAURU (SJ-SP) e o JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE BAURU (SP).

O suscitante relata que "interpôs cumprimento de sentença perante a 1ª Vara Federal da Comarca de Bauru/SP - Processo 5001769-10.2021.4.03.6108, pleiteando diferenças salariais, posteriores a edição da Lei 8.112/90 e decorrentes da Ação Coletiva nº 0312600-79.1995.5.02.0064, que tramitou perante a 64ª Vara do Trabalho de São Paulo/Capital" (fl. 4).

Afirma que "a 1ª VARA FEDERAL DE BAURU/SP declarou a incompetência da Justiça Federal Comum para processamento do cumprimento de sentença interposto e determinou, que os autos fossem remetidos a uma das Varas da Justiça do Trabalho e Bauru/SP" (fl. 11).

Aduz que o feito foi distribuído perante a 1ª Vara do Trabalho de Bauru que, ao proferir a sentença, "destacou que 'esta Justiça Especializada é competente somente para julgar e executar as parcelas anteriores a vigência do novo regime jurídico implementado com a Lei 8.112/90 e tais parcelas foram fulminadas pela prescrição quinquenal, não há portanto, parcelas trabalhistas a serem liquidadas perante essa especializada'" (fl. 12).

Alega que, diante da declaração de incompetência de ambos os juízos "para analisar/julgar os pleitos constantes na liquidação/cumprimento de sentença, imprescindível a interposição do presente Conflito de Competência" (*ibidem*).

Postula, liminarmente, o "sobrestamento do processo que tramita perante a 1ª Vara Federal da Comarca de Bauru/SP, pois caso contrário a parte suscitante terá prejuízos de grande monta, pois haverá o trânsito em julgado da sentença proferida pela 1ª VARA FEDERAL DE BAURU/SP" (fl. 13).

É, no essencial, o relatório. Decido.

A sentença proferida pelo Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Bauru transitou em julgado em outubro de 2020 (fls. 556-584).

Portanto, não visualizo a existência de conflito de competência. Incide no caso a Súmula n. 59 do STJ, segundo a qual não há conflito de competência se já existe sentença com trânsito em julgado proferida por um dos juízos conflitantes.

Registre-se que o conflito de competência não pode ser utilizado como sucedâneo recursal, nem pode resolver questões que devem ser dirimidas nas instâncias ordinárias.

Ante o exposto, não conheço do conflito de competência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente